



CARLOS NOGUEIRA

Justiça Restaurativa leva à reflexão sobre atitudes

“Não adianta punir quem não tem consciência da punição. O princípio da Justiça Restaurativa é a responsabilização individual e coletiva, por isso você não sente apenas com vítima e opressor. Você sente com pessoas ligadas direta e indiretamente àquela situação”, explica Mônica Mumme, coordenadora do Laboratório de Convivência de São Paulo e especialista no assunto.

A ideia, na opinião dela, pode ser usada até mesmo em casa. “Como eu lido quando o meu filho não faz o que eu quero? Eu boto ele de castigo, falo senta para pensar ou eu peço para ele me contar uma história. O que aconteceu? O que você estava sentindo quando bateu no seu amigo?”, cita.

Mônica não gosta de usar a palavra ‘punição’ quando um aluno comete uma falta grave

dentro da escola desrespeitando professores ou colegas. “É um plano de ação. O que você precisa para continuar convivendo comigo? Qual é a minha necessidade”, afirma.

Ela acha que todas as escolas, públicas ou particulares, poderiam implantar o programa. Para isso, a recomendação é procurar a Secretaria de Educação para saber se há um programa sobre convivência.

Antes de implantar a Justiça Restaurativa é preciso capacitar professores. Em Santos, a preparação durou um ano.

“Por mais que você tenha boa vontade, tenha uma escuta incrível, sentar em círculo e pegar um bastão, que é uma das coisas que a gente faz para dar vez e voz às pessoas, tem que ter uma técnica pra fazer isso. Roda de conversa é uma outra coisa”, conclui. (FD)

FOTOS NILVY SOULA



Mônica Mumme ressalta a importância da capacitação dos professores

das pela Secretaria de Educação de Santos para comandar as sessões de Justiça Restaurativa. O trabalho é feito com alunos do Jardim São Manoel

Método tem bons resultados também na Justiça comum

DA REDAÇÃO

Em São Vicente, a única pessoa responsável pelo trabalho de Justiça Restaurativa é a juíza Fernanda Souza Carvalho, do Juizado Especial Cível e Criminal (Jecrim). Embora ainda não existam estatísticas, porque a experiência é nova no Brasil, o programa tem apresentado bons resultados, na opinião dela.

“Eu nunca vi uma mesma carinha ali de novo”, diz Fernanda em relação à reincidência após aplicação do programa de Justiça Restaurativa, ao contrário dos casos em que precisou aplicar punições. “O Direito Penal não se presta à função de transformação”, diz.

O Jecrim, sob a tutela de Fernanda, tem aplicado a metodo-

logia em casos de violência doméstica e de gênero, além de maus tratos a crianças e adolescentes. Para a juíza, entretanto, a Justiça Restaurativa poderia funcionar, também, para delitos mais graves.

“Eu acho que funciona para tudo, porque os delitos mais graves têm a mesma gênese de um delito menos grave. O impulso que ocasionou um homicídio é o mesmo que gerou um furto”, opina.

A juíza diz, ainda, que em outros países onde a ideia é aplicada há mais tempo já existem estatísticas. “A questão da reincidência é, inclusive, baixíssima com pessoas que passaram por esse tipo de programa”, conclui. (FD)

VOZES

CARLOS NOGUEIRA

“Precisamos pensar em ações dentro das escolas que propiciem a paz e isso se faz respeitando os valores para que eles saibam respeitar uns aos outros, sabendo que o outro tem sentimentos”

Liliane Rezende
coordenadora do Programa de Justiça Restaurativa da Secretaria de Educação de Santos



“Quando um ser humano não tem suas necessidades básicas reconhecidas, ele não reconhece as do outro. O valor da vida é banalizado. Por isso, acredito que a Justiça Restaurativa funciona como motor de transformação”

Fernanda Souza de Lima Carvalho
juíza do Juizado Especial Cível e Criminal (Jecrim) de São Vicente



Cuidar da saúde da nossa região também é tratar com carinho o seu desenvolvimento.